

Terça-Feira, 14 de Abril de 2026

Secretário do Tesouro contradiz Bolsonaro e reafirma Auxílio Brasil de R\$ 400 em 2023

COMPLICOU PARA O CAPITÃO

Fonte: Agência Brasil

O secretário Especial do Tesouro e do Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, disse hoje (25) que o governo deve definir em R\$ 400 o valor do Auxílio Brasil no Orçamento de 2023. De acordo com o secretário, o entendimento da equipe econômica é que a legislação não obriga o pagamento do adicional de R\$ 200. O valor adicional foi definido na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios Sociais e será pago até dezembro de 2022.

“Hoje, nosso entendimento é que o marco legal não nos traria uma obrigação ou uma necessidade de colocar [o Auxílio Brasil] no PLOA [Projeto de lei Orçamentária Anual] para 2023”, disse o secretário. **A declaração contradiz o que disse o Presidente Jair Bolsonaro na convenção nacional do PL**, que confirmou sua candidatura à reeleição.

A PEC dos Benefícios Sociais gera R\$ 41,2 bilhões em despesas excepcionais, ou seja, fora do teto de gastos, divididos entre benefícios sociais. As medidas valem de 1º de agosto até 31 de dezembro de 2022.

O secretário disse ainda que o valor teria que se adequar ao teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação e obriga o corte de gastos. De acordo com ele, as despesas discricionárias (não obrigatórias) estão em torno de R\$ 120 bilhões a R\$ 130 bilhões ao ano e o aumento no benefício levaria a um corte nesses gastos, reduzindo-as para R\$ 70 bilhões. “É um desafio considerável para gente conseguir manter [o auxílio em R\$ 600]”, destacou.